

No. 38047

**Brazil
and
Latin Union**

Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Latin Union concerning the establishment in Rio de Janeiro of an office and its privileges and immunities on Brazilian territory. Paris, 15 April 1999

Entry into force: 19 November 2001 by notification, in accordance with article 17

Authentic text: Portuguese

Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 21 January 2002

**Brésil
et
Union latine**

Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Union latine relative à l'établissement d'un bureau à Rio de Janeiro et à ses priviléges et immunités en territoire brésilien. Paris, 15 avril 1999

Entrée en vigueur : 19 novembre 2001 par notification, conformément à l'article 17

Texte authentique : portugais

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 21 janvier 2002

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E A UNIÃO LATINA RELATIVO AO ESTABELECIMENTO, NO RIO DE
JANEIRO, DE UM ESCRITÓRIO E DE SEUS PRIVILEGIOS E
IMUNIDADES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

O Governo da República Federativa do Brasil

e

A União Latina
(doravante denominados “Partes”),

Considerando que as duas Partes acordaram o estabelecimento de um Escritório da União Latina no Rio de Janeiro;

Desejosos de regularizar, pelo presente Acordo, as questões relativas à implantação, no Rio de Janeiro, desse Escritório e de definir os privilégios e imunidades deste,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I
Personalidade Jurídica

A União Latina possui, no território brasileiro, a personalidade jurídica necessária para o cabal exercício de suas funções, tais como previstas no Artigo II da Convenção de Madri sobre a criação da União Latina, de 15 de maio de 1954. Ela tem o poder de contratar, adquirir e dispor de bens móveis e imóveis e de demandar e defender-se em justiça.

ARTIGO 2
Estabelecimento do Escritório

1. O Governo da República Federativa do Brasil aceita a instalação, na cidade do Rio de Janeiro, de um Escritório da União Latina, que será colocado sob a autoridade de um Diretor.

2. As atividades do Escritório se desenvolverão de acordo com as disposições do presente Acordo e respeitando a legislação brasileira em vigor.

3. A República Federativa do Brasil não incorrerá, em razão da atividade da União Latina em seu território, em nenhuma responsabilidade internacional, qualquer que seja ela, pelos atos e omissões da União Latina ou de seus funcionários.

ARTIGO 3
Imunidade de Jurisdição e de Execução

1. A União Latina goza de imunidade de jurisdição e de execução, exceto:

- a) se ela a isso renunciar expressamente em um caso determinado;
- b) no que se refere a toda ação civil movida por um terceiro a título de algum dano resultante de um acidente causado por um veículo motor pertencente à União Latina ou utilizado às suas expensas, ou no que se refere a uma infração às leis de trânsito dos veículos motores colocando em causa tal veículo;
- c) em caso de penhora, ordenada por decisão judicial sobre os vencimentos, salários e emolumentos devidos pela União Latina a um funcionário;
- d) no que se refere a ações cíveis originárias de atos praticados pela União Latina no exercício de sua capacidade contratual.

2. Reservadas as exceções à imunidade previstas acima, os bens e haveres colocados pela União Latina à disposição do Escritório para a execução de sua missão oficial, qualquer que seja o lugar onde eles se encontrem e a pessoa que os detenha, são isentos de busca, embargo, confisco, requisição e expropriação ou de toda outra forma de constrangimento administrativo ou judiciário.

ARTIGO 4
Inviolabilidade dos Locais, dos Bens e Haveres e dos Arquivos

1. Os locais dos quais o Escritório é proprietário ou locatário e que ele ocupe ou venha a ocupar em razão das necessidades de sua missão oficial, excluídos os locais para uso de moradia dos funcionários, são invioláveis.

2. Os agentes ou funcionários do Governo brasileiro não podem penetrar nos locais do Escritório para exercer suas funções oficiais a não ser atendendo a solicitação ou com o consentimento do Secretário Geral ou Diretor, especialmente para restabelecer a ordem ou para expulsar qualquer pessoa cuja presença o Secretário Geral ou Diretor julgue indesejável. Tal procedimento poderá ser presumido em caso de sinistro grave necessitando de medidas de proteção imediatas.

3. A União Latina não permitirá que os locais do Escritório sirvam de refúgio a uma pessoa perseguida após um crime ou um flagrante delito ou objeto de um mandado de justiça, de uma condenação penal ou de uma sentença de expulsão emanada das autoridades competentes dos Estados membros.

4. Os arquivos da União Latina e, de uma maneira geral, todos os documentos que lhe pertencem ou são por ela guardados são invioláveis em qualquer lugar em que se encontrem.

ARTIGO 5
Livre Disposição dos Fundos

A União Latina gozará das mesmas facilidades com respeito a restrições de moeda ou câmbio que são concedidas a representantes de organizações internacionais.

ARTIGO 6
Privilégios Fiscais

O Escritório, assim como seus bens, rendas e haveres colocados pela União Latina à disposição do Escritório para a execução de sua missão oficial, são isentos de todos os impostos diretos; a isenção não se aplica, todavia, às taxas cobradas como remuneração por serviços prestados.

ARTIGO 7
Privilégios Aduaneiros

1. A União Latina estará isenta de direitos aduaneiros e de proibições e restrições de importar ou exportar com relação a artigos importados ou exportados para seu uso oficial.

2. A União Latina pode importar 1 (um) veículo ou gozar do direito de comprar 1 (um) veículo nacional para exercício de suas funções oficiais nas mesmas condições previstas pela legislação brasileira em vigor aplicável às Organizações Internacionais com sede no Brasil.

ARTIGO 8
Facilidades de Comunicação

Para comunicações oficiais, a União Latina gozará de:

- a) liberdade de comunicação e vantagens não menos favoráveis que as atribuídas pelo Governo a qualquer Organização Internacional em termos de prioridade, tarifas, sobretaxas e impostos aplicados às comunicações.

- b) direito de usar códigos ou cifras e de enviar e receber sua correspondência por meio de malas seladas, beneficiando-se das mesmas prerrogativas e imunidade concedidas a malas de Organizações Internacionais.

ARTIGO 9

Privilégios e Imunidades concedidos aos Representantes dos Estados Membros

1. Os representantes dos Estados Membros às reuniões convocadas pela União Latina gozarão, no território brasileiro, durante o exercício de suas funções e no decorrer de suas viagens com destino ou retorno do lugar da reunião, dos privilégios e imunidades seguintes:

- a) imunidade de prisão ou de detenção e de embargo de suas bagagens pessoais e, no que se refere aos atos por eles executados em sua qualidade oficial (ai incluídas suas palavras e escritos), imunidade de toda jurisdição;
- b) inviolabilidade de todos os papéis e documentos;
- c) direito de fazer uso de códigos e de receber documentos ou correspondência por correio ou malotes selados;
- d) isenção para eles mesmos e para seus cônjuges com respeito a todas as medidas restritivas relativas à imigração, a todas as formalidades de registro de estrangeiros e a todas as obrigações de serviço nacional nos países visitados ou atravessados por eles no exercício de suas funções;
- e) mesmas facilidades no que se refere às restrições monetárias ou de câmbio que aquelas que são concedidas aos membros das missões diplomáticas de nível comparável;
- f) mesmas imunidades e facilidades no que se refere às suas bagagens pessoais que aquelas que são concedidas aos membros das missões diplomáticas de nível comparável.

2. Com o intuito de assegurar aos representantes dos Estados membros às reuniões convocadas pela União Latina uma completa independência no exercício de suas funções, a imunidade de jurisdição no que se refere às palavras ou escritos ou atos que deles emanem no cumprimento de suas funções, continuará a ser concedida mesmo depois que o mandato dessas pessoas tenha terminado.

ARTIGO 10
Vistos de Entrada e de Estada

1. O Governo da República Federativa do Brasil concederá, a pedido do Diretor do Escritório, sem despesas, nem retardamento injustificado, salvo quando um motivo de ordem pública a isso se opuser, vistos de entrada e de estada no Brasil, para o período de suas funções ou missão junto ao Escritório, em benefício:

- a) dos funcionários do Escritório e dos membros de sua família;
- b) dos funcionários da União Latina residentes no estrangeiro enviados em missão junto ao Escritório;
- c) dos peritos enviados em missão oficial junto ao Escritório;
- d) dos participantes enviados às conferências, seminários, colóquios ou outras reuniões organizadas pela União Latina em território brasileiro.

2. O Diretor do Escritório comunicará regularmente às autoridades competentes do Ministério das Relações Exteriores a lista dos funcionários designados para missão permanente no Brasil.

ARTIGO 11
Privilégios e Imunidades dos Funcionários da União Latina

Os funcionários da União Latina:

- a) gozarão, mesmo após o término de suas funções, de imunidade de jurisdição para os atos executados por eles no exercício de suas funções oficiais (aí incluídos suas palavras e escritos). A imunidade de jurisdição não se aplica em caso de infração às regras de trânsito para os veículos motores cometidas pelo beneficiário da imunidade ou de dano causado por um veículo motor que lhe pertença ou é por ele conduzido;
- b) não serão submetidos, nem seus cônjuges e membros de sua família vivendo sob seu encargo, às medidas restritivas relativas à imigração, nem às formalidades de registro dos estrangeiros;
- c) gozarão das mesmas facilidades com respeito a restrições de moeda ou câmbio que são concedidas a representantes de Organizações Internacionais;
- d) gozarão, em período de crise internacional, assim como seus cônjuges e membros de sua família que vivam sob seu encargo, das mesmas facilidades de repatriamento que os membros das Organizações Internacionais de nível comparável instalados no Brasil;

- e) gozarão, nos primeiros seis meses de sua instalação, do direito de importar, em franquia, seu mobiliário e bens para uso pessoal, por ocasião de sua primeira função no Brasil, assim como, no decorrer do mesmo período, do direito de importar um carro ou do direito de comprar um carro nacional, nas mesmas condições que são concedidas aos representantes de Organizações Internacionais de nível comparável em missões oficiais de longa duração no Brasil;
- f) serão liberados do imposto brasileiro sobre as rendas que onerem os vencimentos, emolumentos e indenizações pagos pela União Latina;
- g) serão isentos de toda obrigação relativa ao serviço nacional ou militar.

ARTIGO 12
Funcionários da União Latina de Nacionalidade Brasileira

O Governo da República Federativa do Brasil não concederá aos funcionários que tenham nacionalidade brasileira ou tenham residência permanente no Brasil os privilégios e imunidades previstos no Artigo 11, alíneas (b) a (g).

ARTIGO 13
Objeto dos Privilégios e Imunidades

1. Os privilégios e imunidades são acordados a seus beneficiários unicamente no interesse do bom funcionamento do Escritório e não para seu benefício pessoal. A União Latina deverá retirar a imunidade acordada a um funcionário em todos os casos em que, a seu juízo, esta imunidade impeça o curso da justiça e quando ela possa ser retirada sem prejuízo dos interesses da União Latina.

2. A União Latina colaborará integralmente com as autoridades brasileiras, visando à boa administração e à justiça, a assegurar a observância das normas da polícia e a evitar qualquer abuso que porventura possa advir dos privilégios, imunidades e facilidades previstos no presente Acordo.

ARTIGO 14
Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à execução ou à interpretação do presente Acordo deverá ser sujeita à negociação por via diplomática.

ARTIGO 15
Emendas

O presente Acordo poderá ser emendado a pedido de qualquer uma das Partes. As emendas ao presente Acordo entrarão em vigor nos termos do Artigo 17.

ARTIGO 16
Denúncia

O presente Acordo pode ser denunciado por qualquer uma das Partes, mediante um aviso prévio escrito de um ano. A retirada da República Federativa do Brasil da Convenção de 15 de maio de 1954 que criou a União Latina de acordo com seu Artigo XXVII acarreta a denúncia do presente Acordo, com efeito na mesma data.

ARTIGO 17
Entrada em Vigor

O presente Acordo entrará em vigor na data da notificação, pelo Governo brasileiro, do cumprimento dos pressupostos constitucionais existentes.

Em testemunho do que os abaixo assinados, devidamente autorizados para esse efeito, assinaram o presente Acordo.

Feito em Paris, em 15 de abril de 1999, em dois exemplares originais, na língua portuguesa.

Fernando Jorge Pedreira
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Fernando Jorge Pedreira
Embaixador

Geraldo Cavalcanti
PELA UNIÃO LATINA
Geraldo Cavalcanti
Secretário Geral

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE LATIN UNION ON THE ESTABLISHMENT OF A LATIN UNION OFFICE IN RIO DE JANEIRO AND ON THE PRIVILEGES AND IMMUNITIES OF THAT OFFICE IN BRAZILIAN TERRITORY

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Latin Union (hereinafter referred to as the "Parties"),

Considering that the two Parties have agreed to establish a Latin Union Office in Rio de Janeiro,

Desiring to regulate, through this Agreement, matters relating to the establishment in Rio de Janeiro of this Office and to define its privileges and immunities,

Have agreed as follows:

Article 1. Legal status

In Brazilian territory, the Latin Union shall have the legal status required for the full performance of its functions, as determined in article II of the Madrid Agreement of 15 May 1954 establishing the Latin Union. It shall have the power to purchase, acquire and dispose of movable and real property and to institute legal proceedings and defend itself in the courts.

Article 2. Establishment of the Office

1. The Government of the Federative Republic of Brazil authorizes the establishment of a Latin Union Office in the city of Rio de Janeiro under the authority of a Director.

2. The Office's activities shall be carried out in accordance with the provisions of this Agreement and with Brazilian legislation in force.

3. The Federative Republic of Brazil shall not assume any international responsibility whatsoever for any act or failure to act on the part of the Latin Union or its staff arising from the Latin Union's activities in its territory.

Article 3. De jure and de facto immunity

1. The Latin Union shall enjoy de jure and de facto immunity, except:

- (a) Where it expressly waives such immunity in a particular case;
- (b) In respect of any civil action by a third party for damage arising from an accident caused by a motor vehicle belonging to, or operated on behalf of, the Latin Union or in respect of a traffic violation involving such a vehicle;

- (c) In the event of an attachment order by a judicial authority in respect of the salaries, wages and emoluments owed by the Latin Union to a member of its staff; and
 - (d) In respect of any civil action resulting from acts committed by the Latin Union in the exercise of its contractual capacity.
2. Subject to the exceptions to immunity provided for above, the property and assets made available by the Latin Union to the Office for the performance of its official functions, wherever found and by whomever held, shall be immune from search, seizure, confiscation, requisition, expropriation or any other form of administrative or judicial restraint.

Article 4. Inviolability of premises, property and assets, and archives

- 1. The premises which the Office owns or rents and which it occupies or may occupy for the purpose of discharging its official functions, not including premises used as living quarters by its staff, shall be inviolable.
- 2. Agents and officials of the Brazilian Government may not enter the premises of the Office to discharge any official duty save at the request or with the consent of the Secretary-General or the Director for the purpose of, inter alia, restoring order or expelling any person whose presence is deemed undesirable by the Secretary-General or the Director. Consent may be presumed in the case of a serious accident requiring immediate protective measures.
- 3. The Latin Union shall not permit the premises of the Office to be used as a refuge for any person who is being sought for a crime or flagrant offence, who has been convicted of a criminal offence or against whom a warrant of arrest or an order of deportation has been issued by the competent authorities of member States.
- 4. The Latin Union's archives and, generally speaking, all documents belonging to it or in its possession, wherever located, shall be inviolable.

Article 5. Access to funds

The Latin Union shall enjoy the same facilities in respect of currency or exchange restrictions as are granted to the representatives of international organizations.

Article 6. Tax privileges

The Office, as well as the property and assets made available by the Latin Union to the Office for the performance of its official functions, shall be exempt from all direct taxation. This exemption shall not, however, extend to charges for services rendered.

Article 7. Customs privileges

- 1. The Latin Union shall be exempt from customs duties, prohibitions and restrictions on articles imported or exported for official use.

2. The Latin Union may import 1 (one) motor vehicle or exercise the right to purchase 1 (one) motor vehicle of Brazilian manufacture for the exercise of its official functions under the same conditions as those which apply to international organizations with offices in Brazil under Brazilian legislation in force.

Article 8. Communication facilities

In respect of official communications, the Latin Union shall enjoy:

- (a) Freedom of communication and advantages no less favourable than those granted by the Government to any international organization as regards priorities, fees, surcharges and taxes on communications; and
- (b) The right to use codes and figures and to send and receive its correspondence in sealed pouches, thus enjoying the same privileges and immunities as the pouches of international organizations.

*Article 9. Privileges and immunities granted to
representatives of member States*

1. Representatives of member States attending meetings of the Latin Union shall enjoy the following privileges and immunities in Brazilian territory during the period of the exercise of their functions and during their travel to and from the venue of the meeting:

- (a) Immunity from arrest or detention and from seizure of their personal baggage, and immunity from legal process of any kind in respect of acts performed by them in their official capacity (including words spoken or written);
- (b) Inviolability of all papers and documents;
- (c) The right to use codes and receive documents and correspondence by mail or in sealed pouches;
- (d) Exemption for themselves and their spouses from all immigration restrictions and alien registration procedures and from all national service obligations in the countries which they visit or through which they pass in the performance of their functions;
- (e) The same facilities in respect of currency or exchange restrictions as are granted to members of diplomatic missions of comparable rank; and
- (f) The same immunities and facilities in respect of their personal baggage as are granted to members of diplomatic missions of comparable rank.

2. In order to ensure that the representatives of member States have full independence in the performance of their functions while attending meetings of the Latin Union, immunity from legal process in respect of words spoken or written and acts performed in their official capacity shall continue to be granted even after the conclusion of their mission.

Article 10. Entry and residence visas

1. Except where it is not in the interest of national security, and at the request of the Director of the Office, the Government of the Federative Republic of Brazil shall issue without charge and without undue delay, visas for their entry into and stay in Brazil for the term of their duty or mission with the Latin Union:
 - (a) To staff members of the Office and to members of their families;
 - (b) To staff members of the Latin Union residing abroad who are sent on mission to the Office;
 - (c) To experts sent on official mission to the Office; and
 - (d) To participants sent to conferences, seminars, colloquiums or other meetings organized by the Latin Union in Brazilian territory.
2. The Director of the Office shall send the competent authorities of the Ministry of Foreign Affairs, on a regular basis, a list of staff members posted to Brazil.

*Article 11. Privileges and immunities of
Latin Union staff members*

The staff members of the Latin Union:

- (a) Shall enjoy, even after the termination of their functions, immunity from legal process in respect of acts performed by them in their official capacity (including words spoken or written). Immunity from legal process shall not extend to violations of traffic rules by motor vehicles assigned to persons enjoying such immunity or to damage caused by a motor vehicle belonging to or driven by them;
- (b) Shall be exempt from immigration restrictions and alien registration procedures, as shall their spouses and other members of their families who depend on them;
- (c) Shall enjoy the same facilities in respect of currency or exchange restrictions as are granted to the representatives of international organizations;
- (d) Shall enjoy, in times of international crisis, the same facilities for repatriation for themselves, their spouses and other members of their families who depend on them as are granted to the representatives of international organizations of comparable rank resident in Brazil;
- (e) Shall enjoy, during the six months following installation on arrival in Brazil, the right to import free of duty their furniture and personal effects; during that period, they shall also enjoy the right to import one automobile or to purchase one automobile of Brazilian manufacture under the same conditions as are granted to representatives of international organizations of comparable rank on long-term mission to Brazil;
- (f) Shall be exempt from Brazilian income tax on the salaries, emoluments and allowances paid by the Latin Union; and
- (g) Shall be exempt from all forms of national or military service.

*Article 12. Latin Union staff members of
Brazilian nationality*

The Government of the Federative Republic of Brazil shall not grant the privileges and immunities referred to in article 11, paragraphs (b) to (g), to staff members of Brazilian nationality or with permanent residence in Brazil.

Article 13. Purpose of the privileges and immunities

1. Privileges and immunities are granted to the beneficiaries solely in the interest of the efficiency of the Office and not for their personal advantage. The Latin Union shall waive the immunity granted to a staff member in any case where, in its view, such immunity might impede the course of justice, provided that it can be waived without prejudice to the interest of the Latin Union.
2. The Latin Union shall cooperate fully with the Brazilian authorities to facilitate the proper administration of justice and compliance with police regulations and to prevent any abuse in connection with the exercise of the privileges, immunities and facilities provided for in this Agreement.

Article 14. Dispute settlement

Any dispute regarding the application or interpretation of this Agreement shall be resolved by negotiation through the diplomatic channel.

Article 15. Amendments

This Agreement may be amended at the request of either of the Parties. Amendments to this Agreement shall enter into force in the manner laid down in article 17.

Article 16. Termination

This Agreement may be terminated by either of the Parties on one year's notice. The withdrawal of the Federative Republic of Brazil from the Agreement establishing the Latin Union of 15 May 1954 in accordance with article XXVII thereof shall entail the termination of this Agreement with effect from the date of withdrawal.

Article 17. Entry into force

This Agreement shall enter into force on the date on which the Brazilian Government is notified that the formalities required under its Constitution have been completed.

In witness whereof, the undersigned, being duly authorized thereto, have signed this Agreement.

Done in Paris on 15 April 1999 in duplicate in the Portuguese language.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

FERNANDO JORGE PEDREIRA
Ambassador

For the Latin Union:

GERALDO CAVALCANTI
Secretary-General

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE
FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET L'UNION LATINE RELATIF À
L'ÉTABLISSEMENT D'UN BUREAU À RIO DE JANEIRO ET À SES
PRIVILÈGES ET IMMUNITÉS EN TERRITOIRE BRÉSILIEN

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Union latine (ci-après dénommés "les Parties"),

Considérant que les deux Parties sont convenues de créer un Bureau de l'Union latine à Rio de Janeiro,

Désireux de régler, par le présent Accord, les questions relatives à la création de ce Bureau à Rio de Janeiro et d'en définir les priviléges et immunités,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier. Statut juridique

Sur le territoire brésilien, l'Union latine a le statut juridique nécessaire pour le complet exercice de ses fonctions tel qu'il est déterminé à l'article IV de la Convention pour la création de l'Union latine, conclue à Madrid le 15 mai 1954. L'Union a le pouvoir d'acheter, d'acquérir et de vendre des biens mobiliers et immobiliers et d'intenter des actions en justice et d'assurer sa propre défense devant les tribunaux.

Article 2. Création du Bureau

1. Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil autorise la création d'un Bureau de l'Union latine dans la ville de Rio de Janeiro sous l'autorité d'un Directeur.
2. Les activités du Bureau sont exécutées conformément aux dispositions du présent Accord et de la législation brésilienne en vigueur.
3. La République fédérative du Brésil n'assumera aucune responsabilité internationale de quelque nature que ce soit pour des actions ou omissions de l'Union latine ou de son personnel découlant des activités de l'Union latine sur son territoire.

Article 3. Immunité de juridiction et d'exécution

1. L'Union latine jouit de l'immunité de juridiction et d'exécution, sauf :
 - a) Si elle renonce expressément à ladite immunité dans un cas particulier;
 - b) En ce qui concerne toute action civile intentée par une tierce partie au titre d'un dommage résultant d'un accident causé par un véhicule à moteur appartenant à l'Union latine, ou utilisé pour son compte, ou en ce qui concerne une infraction à la réglementation de la circulation des véhicules à moteur mettant en cause un tel véhicule;

- c) En cas d'une ordonnance de saisie signifiée par une autorité judiciaire des traitements, salaires et émoluments dus par l'Union latine à un membre de son personnel;
 - d) En ce qui concerne une action civile résultant d'actes commis par l'Union latine dans l'exercice de sa capacité contractuelle.
2. Sous réserve des exceptions à l'immunité prévues ci-dessus, les biens et avoirs mis par l'Union latine à la disposition du Bureau pour l'exécution de ses fonctions officielles, où qu'ils se trouvent et quel qu'en soit le détenteur, sont exempts de perquisition, saisie, confiscation, réquisition, expropriation ou de toute autre forme de contrainte administrative ou judiciaire.

Article 4. Inviolabilité des locaux, des biens et avoirs et des archives

- 1. Les locaux dont le Bureau est propriétaire ou locataire et qu'il occupe ou viendrait à occuper pour les besoins de sa mission officielle, à l'exclusion des locaux à usage d'habitation de son personnel, sont inviolables.
- 2. Les agents ou fonctionnaires du Gouvernement brésilien ne peuvent pénétrer dans les locaux du Bureau pour exercer leurs fonctions officielles que sur la demande ou avec le consentement du Secrétaire général ou du Directeur aux fins, notamment, d'y rétablir l'ordre ou d'en expulser tout membre du personnel dont le Secrétaire général ou le Directeur jugerait la présence indésirable. Le consentement pourra être présumé acquis en cas de siège grave nécessitant des mesures de protection immédiate.
- 3. L'Union latine ne permettra pas que les locaux du Bureau servent de refuge à une personne poursuivie à la suite d'un crime ou d'un délit flagrant ou faisant l'objet d'un mandat d'arrêt ou d'un arrêté d'expulsion émanant des autorités compétentes d'États membres.
- 4. Les archives de l'Union latine et tous les documents lui appartenant se trouvant en sa possession, seront inviolables, quel que soit le lieu où ils se trouvent.

Article 5. Accès aux fonds

L'Union latine bénéficiera des mêmes facilités en ce qui concerne les réglementations monétaires ou de change que celles accordées aux représentants d'organisations internationales.

Article 6. Exonération d'impôts

Le Bureau ainsi que les biens et avoirs mis par l'Union latine à la disposition du Bureau pour l'exécution de sa mission officielle sont exonérés de tous impôts directs. L'exonération ne porte pas toutefois sur les taxes perçues en rémunération de services rendus.

Article 7. Exonération de droits de douane

1. L'Union latine sera exonérée de droits de douanes, interdictions et restrictions pour les articles importés ou exportés aux fins d'usage officiel.
2. L'Union latine peut importer un véhicule ou exercer son droit d'achat d'un véhicule à moteur de fabrication brésilienne aux fins de l'exercice de sa mission officielle en vertu des mêmes conditions que celles dont bénéficient les organisations internationales dont les bureaux sont situés au Brésil en vertu de la loi brésilienne en vigueur.

Article 8. Communications

En ce qui concerne les communications officielles, l'Union latine jouira :

- a) De la liberté de communication et autres avantages semblables qu'accorde le gouvernement à toute organisation internationale en matière de priorités, tarifs, surtaxes et taxes sur les communications;
- b) Du droit d'employer des codes et d'expédier et de recevoir sa correspondance dans des valises, jouissant des mêmes priviléges et immunités que les valises diplomatiques d'autres organisations internationales.

Article 9. Priviléges et immunités des représentants d'États membres

1. Les représentants d'États membres participant aux réunions de l'Union latine jouiront des priviléges et immunités suivants sur le territoire brésilien pendant la période d'exercice de leurs fonctions et en se rendant au lieu de la réunion et pendant leur retour :
 - a) Immunité d'arrestation ou de détention et de saisie de leurs bagages personnels et immunité de toute juridiction de quelque nature que ce soit, pour les actes accomplis par eux ou pour leurs déclarations verbales ou écrites dans l'exercice de leurs fonctions;
 - b) Inviolabilité de tous papiers et documents;
 - c) Droit de faire usage de codes et de recevoir des documents ou de la correspondance par le courrier ou par valises scellées;
 - d) Exemption pour eux-mêmes et pour leurs conjoints de toutes mesures restrictives en matière d'immigration, des formalités d'enregistrement des étrangers et de toutes obligations de service national dans le pays qu'ils visitent ou par lequel ils transitent dans l'exercice de leurs fonctions;
 - e) Mêmes facilités, en ce qui concerne les réglementations monétaires et de change que celles qui sont accordées aux membres de missions diplomatiques de rang comparable;
 - f) Droit aux mêmes immunités et franchises que celles qui sont accordées aux membres de missions diplomatiques de rang comparable en ce qui concerne leurs bagages personnels.

2. Afin d'assurer que les représentants des États membres jouissent d'une totale indépendance dans l'exercice de leurs fonctions lors de leur participation aux réunions de l'Union latine, l'immunité de toute procédure judiciaire pour leurs déclarations verbales ou écrites et pour les actes accomplis par eux dans l'exercice de leurs fonctions devra continuer de leur être accordée même après la conclusion de leur mission.

Article 10. Visas d'entrée et de séjour

1. À moins que des raisons de sécurité nationale ne s'y opposent, et à la demande du Directeur du Bureau, le Gouvernement de la République fédérative du Brésil délivrera, sans frais ni retard injustifié, des visas d'entrée et de séjour au Brésil, pendant la durée de leurs fonctions ou missions auprès de l'Union latine :

- a) Aux membres du personnel du Bureau et aux membres de leurs familles;
- b) Aux membres du personnel de l'Union latine résidant à l'étranger qui sont envoyés en mission après du Bureau;
- c) Aux experts envoyés en mission officielle au Bureau;
- d) Aux participants à des conférences, séminaires, colloques ou autres réunions organisés par l'Union latine sur le territoire brésilien.

2. Le Directeur du Bureau communiquera régulièrement aux autorités compétentes du Ministère des affaires étrangères la liste des fonctionnaires désignées par la Mission permanente du Brésil.

Article 11. Priviléges et immunités des membres du personnel de l'Union latine

Les membres du personnel de l'Union latine :

- a) Jouiront de l'immunité de toute forme de poursuite eu égard aux actes accomplis dans l'exercice de leurs fonctions officielles, y compris leurs paroles ou leurs écrits, même après la cessation de leur mission. L'immunité de toute poursuite judiciaire ne s'appliquera pas en cas d'infraction à la réglementation de la circulation des véhicules motorisés commise par des bénéficiaires de l'immunité ou aux dommages causés par un véhicule motorisé leur appartenant ou conduit par eux;
- b) Seront exempts, de même que leurs conjoints et autres membres de leur famille à leur charge, de restrictions en matière d'immigration et d'enregistrement des étrangers;
- c) Jouiront des mêmes facilités, en ce qui concerne les réglementations monétaires et de change que celles accordés aux représentants d'organisations internationales;
- d) Jouiront, en cas de crise internationale, des mêmes facilités de rapatriement, pour eux-mêmes ainsi que pour leurs conjoints et autres membres de leur famille à leur charge, que celles accordées aux représentants d'organisations internationales de rang comparable résidant au Brésil;
- e) Jouiront, au cours des six premiers mois suivant leur installation, du droit d'apporter avec eux et d'importer au Brésil en franchise leur mobilier et leurs effets personnels; au cours de cette période, ils jouiront également du droit d'importer une automobile ou d'ache-

ter une automobile de fabrication brésilienne en vertu des mêmes conditions que celles accordées aux représentants d'organisations internationales de rang comparable pour une mission de longue durée au Brésil;

- f) Seront exonérés d'impôts, y compris l'impôt sur les revenus, salaires et émoluments qui leurs sont versés par l'Union latine;
- g) Seront exempts de toute obligation de service national ou militaire.

*Article 12. Membres du personnel de nationalité
brésilienne de l'Union latine*

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil n'accordera pas les priviléges et immunités prévus aux paragraphes b) à g) de l'article 11 aux membres du personnel qui sont ressortissants brésiliens ou des étrangers résidant à titre permanent au Brésil.

Article 13. Nature des priviléges et immunités

1. Les priviléges et immunités sont accordés aux bénéficiaires exclusivement dans l'intérêt du Bureau et non à leur propre avantage. L'Union latine pourra renoncer aux immunités accordées à un membre du personnel dans tous les cas où, selon son jugement, leur exercice entraînerait le cours de la justice et où il pourrait y être ainsi renoncé sans porter préjudice aux intérêts de l'Union latine.

2. L'Union latine coopérera avec les autorités brésiliennes en vue de faciliter la bonne administration de la justice, de veiller à l'observation des règlements de police et d'éviter tout abus auquel pourraient donner lieu les priviléges, immunités et facilités énumérés dans le présent Accord.

Article 14. Règlement des différends

Tout différend relatif à l'application ou à l'interprétation du présent Accord devra être réglé par voie de négociation diplomatique.

Article 15. Amendements

Le présent Accord peut être amendé à la demande de l'une quelconque des Parties. Tout amendement au présent Accord entrera en vigueur conformément aux formes prévues à l'article 17.

Article 16. Dénonciation

Le présent Accord pourra être dénoncé par l'une quelconque des Parties moyennant un préavis d'un an. Le retrait de la République fédérative du Brésil de l'Accord du 15 mai 1954 créant l'Union latine, conformément à son article XXVII, entraîne la dénonciation du présent Accord, prenant effet à la même date.

Article 17. Entrée en vigueur

Le présent Accord entrera en vigueur à la date à laquelle le Gouvernement brésilien aura été notifié que les formalités nécessaires ont été accomplies conformément à sa Constitution.

En foi de quoi les soussignés, à ce dûment autorisés, ont signé le présent Accord.

Fait à Paris le 15 avril 1999, en double exemplaire, en langue portugaise.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :
L'Ambassadeur,
FERNANDO JORGE PEDREIRA

Pour l'Union latine :
Le Secrétaire général,
GERALDO CAVALCANTI